



NOTA DE REPÚDIO

A dialética do lembrar e esquecer tem uma dimensão política que envolve o campo da memória e da história. E como toda atividade humana, está sujeita a manipulações, usos, abusos, esquecimentos e silêncios. Assim, inserida no campo das batalhas, a memória se movimenta num campo de disputas políticas marcadas a partir das leituras e escavações que as gerações do presente realizam sobre o passado.

Daí porque, um filósofo engajado como Walter Benjamin, ao escrever as famosas *Teses sobre o conceito de História*, em 1939, aludia a dimensão do passado a ser lembrado como condição de “redenção” das gerações oprimidas. Para ele, era preciso retirar o passado da condição de neutralidade, ao qual fora alçado pela historiografia oficial, a fim de mostrar as relações de dominação de classe e de impedimentos e derrotas dos projetos dos trabalhadores nele realizados. Afinal de contas, a concepção de cultura e de História benjaminiana, perpassa pelo ângulo dos sinais de dominação, da barbárie que se esconde sob a beleza estética dos monumentos e das gotas de sangue que mancham os bens culturais. Escovando ao contrário, podemos/devemos explicitar os fracassos e as irrealizações dos projetos e das lutas dos excluídos da História, entender o processo dessas dominações e resistências na espessura do tempo passado.

Mais recentemente, outro filósofo, Paul Ricoeur, também se ocuparia de escrever uma obra emblemática sobre a memória, a história e o esquecimento, ressaltando a dimensão política e ética do ato de lembrar-esquecer. Diferentemente de Benjamin, que escreveu no tempo dos fascismos, a escrita de Ricoeur estava marcada pelo *Apartheid* sul-africano e pela experiência da Comissão Verdade e Reconciliação. O filósofo francês retoma a noção de dívida transgeracional abordada nas teses do alemão. E, na esteira de Freud, defende o trabalho de memória em detrimento apenas do dever de memória. Muito mais do que o imperativo judaico do “*lembra-te*”, que se presta às

manipulações do poder vigente expressas nos abusos de comemorações oficiais, Ricoeur defende a política da “justa memória”, uma memória trabalhada a partir da operação historiográfica cujas pesquisas devem estar a serviço de uma outra memória e de um outro esquecimento, ou seja, que a historiografia, como uma forma de memória social, ajude a lembrar a dor e a injustiça criando, assim, possibilidades de novas formas de vida a partir do trabalho do luto e da lembrança comprometido com um presente-futuro menos injusto e mais feliz.

Essas reflexões filosóficas são importantes para pensarmos no trabalho que a ANPUH-PB vem fazendo com a memória dos vencidos de 1964. Instituída pelo Decreto governamental nº 33.426, de 31 de outubro de 2012, a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba conta com dois historiadores representando a seção paraibana da Associação Nacional de Professores de História. Assim sendo, uma associação de profissionais de História que viveu os tempos da ditadura civil-militar, não poderia faltar a esse momento importante do revirar do baú nos quais se escondem rastros de uma memória ferida, dolorosa, traumática. Os dois anpuhanos que representam a ANPUH-PB na Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória não apenas estão prestando relevantes serviços à comunidade de historiadores, levantando documentação que poderá render inúmeras pesquisas acadêmicas, mas, também, prestando serviços de larga envergadura à sociedade paraibana de modo geral, tentando pagar uma dívida, muitas vezes, mesmo que simbólica (mas nem por isso menos importante), as gerações que sofreram na pele o peso da tortura e do aparato militar montado para a repressão.

E, mais uma vez, nossa associação não se furtará ao enfrentamento político no campo da batalha de memórias. Como sabemos, no dia 19 de março de 1964, ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, cuja manifestação conservadora que procurava responder o Comício da Central, ajudava a concretização do golpe civil-militar do 31 de março. 50 anos depois, eis que a marcha é re-inventada pelos reacionários do presente que gritam por uma intervenção militar no Brasil. Embora sejam poucos a gritarem, esse discurso é bastante perigoso, uma vez que busca ressuscitar o fantasma da ditadura que marcou negativamente a História do Brasil Contemporâneo, com a herança de suas mazelas expressas nos profundos abismos sócio-econômicos e na precária cidadania que ainda marca e marcará nosso país, talvez por gerações. A ANPUH-PB vem repudiar toda e qualquer manifestação de memória

que venha celebrar ditadores e torturadores, incluindo a já anunciada presença de um torturador a ser homenageado na Câmara Federal. Nosso compromisso é com o lembrar para não esquecer das vítimas e da opressão, com um debate crítico que exponha as gerações do presente os traumatismos e feridas da memória coletiva, pois como nos diz Paul Ricoeur: “A glória de uns foi humilhação para outros”. As feridas simbólicas pedem cura e esta, certamente, não se encontra no nível da memória manipulada pelos comemoradores da Ditadura, mas no nível ético-político do qual nos fala o filósofo francês, o de fazer justiça pela lembrança do Outro cuja memória fora alçada ao esquecimento e silêncio. E a ANPUH-PB está desse lado.

João Pessoa, 22 de março de 2014.

ANPUH-PB